

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL****RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0000673-22.2015.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**  
 Requerente: **Aguinaldo Cirino Mendes**  
 Requerido: **ORLANDI & ROCHA COM. DE PRODUTO. INFORMÁTICA E SERV LTDA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

Trata-se de ação em que o autor alegou que celebrou contrato com a ré para participar de um curso pela mesma realizado, pagando a matrícula pertinente.

Alegou ainda que após alguns dias foi surpreendido com a mudança de seu horário de trabalho, de sorte que não mais poderia frequentar o curso, razão pela qual solicitou à ré a rescisão do contrato.

Pagou-lhe, porém, o valor da multa prevista no instrumento firmado e de uma mensalidade, o que reputou abusivo.

Almeja à restituição do montante despendido à ré.

Os pagamentos feitos pelo autor são incontroversos, reconhecidos que foram pela ré e respaldados que estão nos documentos de fls. 04/06.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>**

Por outro lado, é certo que o contrato ajustado entre as partes previa que em caso de seu cancelamento após a matrícula o aluno deveria arcar com a multa equivalente a 10% do valor total das parcelas a vencer, além de quitar o seu débito até a data do cancelamento (fl. 03, item 7).

Assentadas essas premissas, reputo que a pretensão deduzida merece parcial acolhimento.

Isso porque o valor da matrícula não poderá ser restituído ao autor à míngua de lastro que o respaldasse.

Já a multa era devida diante de expressa estipulação a seu propósito.

Solução diversa aplica-se ao valor da mensalidade cobrada do autor (R\$ 109,90 – fl. 06), porquanto como a manifestação para o cancelamento do contrato sucedeu poucos dias após a sua celebração (tanto que o autor sequer frequentou uma aula que fosse) entendendo que ele não poderia ser obrigado ao pagamento da mensalidade a vencer.

Em consequência, o valor a ser restituído pela ré será de R\$ 109,90.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 109,90, acrescida de correção monetária, a partir de agosto de 2014 (época do cancelamento do contrato), e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 08 de abril de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**